



MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax: (044) 99114-3282 / (44) 99104-2521
e-mail: pmmp@saomanoeldoparana.pr.gov.br - CNPJ - 80.909.617/0001-63
Site: www.saomanoeldoparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná

DECRETO Nº 152/2026

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização do inciso I, II e III do artigo 7º, da Lei Municipal nº 33/2025 de 19/11/2025 e o que dispõe o art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64,

DECRETO:

Art. 1º - Fica suplementada no Orçamento do exercício financeiro

corrente, a seguinte dotação orçamentária:

Códigos	Descrição	Valor
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E URBANISMO	
05.002	DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.0002.2016	Manutenção das Atividades Rodoviárias e de Transporte em Geral	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
780	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	10.249,60
	SUBTOTAL	10.249,60
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.122.0004.2027	Manutenção Atividades Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1815	00885-Outros Recursos não Vinculados - Fontes Livres	865,48
	SUBTOTAL	865,48
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
08.001	DIVISÃO DE AGRICULTURA	
20.605.0005.2036	Manutenção Atividades de Incentivo à Agricultura e Pecuária	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2380	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	10.847,48
2381	00511-Taxas - Prestação de Serviços	1.699,70
	SUBTOTAL	12.547,18
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.304.0007.2044	Manutenção das Atividades do Bloco de Vigilância em Saúde Sanitária	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3001	00497-Vigilância em Saúde	3.827,11
	SUBTOTAL	3.827,11
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
12.001	DIVISÃO DE ESPORTES	
27.812.0010.2049	Manutenção das Atividades de Incentivo ao Esportes e Lazer	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3421	00511-Taxas - Prestação de Serviços	1.446,72
	SUBTOTAL	1.446,72
	TOTAL	28.736,09

Códigos	Descrição	Valor
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002	DIVISÃO DE ADOLESCENTE E IDOSO	
08.243.0004.2032	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2140	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.752,86
	SUBTOTAL	6.752,86
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
08.001	DIVISÃO DE AGRICULTURA	
20.605.0005.2036	Manutenção Atividades de Incentivo à Agricultura e Pecuária	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2380	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	29.857,48
	SUBTOTAL	29.857,48
	TOTAL	36.610,34

Códigos	Descrição	Valor
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E URBANISMO	
05.002	DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.0002.2016	Manutenção das Atividades Rodoviárias e de Transporte em Geral	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.062,05
	SUBTOTAL	6.062,05
	TOTAL	6.062,05

Art. 2º - Como recurso para abertura do crédito orçamentário de que trata o artigo anterior, serão utilizados o seguinte:

I - Cancelamento das Dotações a seguir:

Códigos	Descrição	Valor
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E URBANISMO	
05.003	DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.482.0002.2017	Manutenção Atividades Secretaria de Viação e Urbanismo	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
870	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.752,86
880	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	29.857,48
05.002	DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.0002.2016	Manutenção das Atividades Rodoviárias e de Transporte em Geral	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.062,05
	SUBTOTAL	42.672,39
	TOTAL	42.672,39

II - Superávit do Exercício nas seguintes fontes:

Fonte	Descrição	Valor
00497	Vigilância em Saúde	3.827,11
00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	20.897,08
	TOTAL	24.724,19

III - Excesso de Arrecadação nas seguintes origens:

Conta de receita	Descrição	Valor
1.1.2.2.01.0.3.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - Dívida Ativa	1.699,70
1.1.2.2.01.0.4.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.446,72
1.6.1.1.01.0.3.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS PRESTADOS POR ENTIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS EM GERAL - Dívida Ativa	965,48
	TOTAL	4.011,90

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

São Manoel do Paraná, 25 de agosto de 2026.

VITOR HUGO RODRIGUES

Prefeito Municipal
(assinado no original)



MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ
Praça Paraná, 50 - FONE: (44) 9 9114-3282 / (44) 9 9104-2521 / (44) 9 9148-2848
Site: www.saomanoeldoparana.pr.gov.br e e-mail: pmmp@saomanoeldoparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
CNPJ - 80.909.617/0001-63

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 153/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2026

O Município de São Manoel do Paraná - Paraná, torna público a todos os interessados, que será realizado em 11/09/2026 às 09h00min (horário de Brasília), abertura da sessão pública, referente ao Edital Pregão Eletrônico Nº 53/2026 - PMSMP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOCHILAS DESTINADAS AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

VALOR: R\$ 10.802,00 (Dez mil oitocentos e dois reais).

O presente Edital estará à disposição dos interessados na Divisão de Licitação e Contratos desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município <http://www.saomanoeldoparana.pr.gov.br/> e no site <https://www.bli.org.br>

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

VITOR HUGO RODRIGUES
Prefeito Municipal

ANDRESSA RODRIGUES BRUNHARA
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ

Paço Municipal "Manoel Peres Filho"
Fone: (044) 3635-1600 - Fax: 3635-1300 - CNPJ Nº: 75.788.349/0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 277/2026

SÚMULA: DESIGNA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS, SERVIÇOS E MATERIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo nomeados, para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de equipamentos, bens, materiais e serviços em geral, objeto de licitação, conforme Lei nº 14.133/2021.

Nome	CPF
Ângela Mitkowski Gomes	017.605.439-18
Beatriz Scoqui Liute Maciel	059.035.359-41
Eduardo Finger Coutinho	061.948.499-32
Elaíne Maria Rodrigues Passolongo	808.325.209-34
Fábio Pansanato Rizzato	268.991.418-25
Jane Meire Marçal Souza	975.382.729-68
Jaqueline Coutinho Cuceravai	055.198.879-77
Jeferson Aparecido Ferracini	038.623.839-11
João Marcos Pastor Lazzarin	010.367.899-93
Pamella Ghiselini Takase	051.516.079-38
Rafael Valim Reis	008.005.319-06
Rodrigo Ferreira Francisco	076.265.729-68
Simone Luzia Buzzo	989.982.779-72
Valquíria Pelosi	037.831.309-64
Willian Ferreira Sardi	634.462.439-68
Wilson Fernando Souza	079.343.539-01

Art. 2º. O exercício das funções de integrante da Comissão Incumbida de Recebimento de equipamentos, bens, materiais e serviços em geral, será considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 3º. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Municipal nº 036/2026.

PAÇO MUNICIPAL MANOEL PERES FILHO DE JAPURÁ - PARANÁ EM 20 DE AGOSTO DE 2026.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000



Prefeitura Municipal de São Tomé

CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248 - FONE / FAX: (44) 3607-1280
e-mail: pmstome@birturbo.com.br
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

PORTARIA Nº 4688/2026

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, usando das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Ficam declarados **ESTÁVEIS** os servidores públicos municipais abaixo relacionados, aprovados em Estágio Probatório por meio de avaliações regulamentadas através do Decreto nº. 089/2012:

Mat.	Nome	Cargo	Data da Aprovação
4899	GISELLE ALMEIDA GIMENEZ GODOY	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	27/08/2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL ANTONIO ARICINI DA SILVA, AOS 26 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

JOÃO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de São Tomé

CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248 - FONE / FAX: (44) 3607-1280
e-mail: pmstome@birturbo.com.br
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

PORTARIA Nº 4687/2026

JOÃO PAULO TRAVASSOS RADDI, Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art.1º - Fica concedido férias regulamentares ao Servidor Municipal GILBERTO CORSSINO DA SILVA, referente ao período de trabalho compreendido entre 01/02/2024 a 31/01/2025, para serem gozadas entre os dias 31/08/2026 a 29/09/2026.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ANTONIO ARICINI DA SILVA, AOS 24 (VINTE E QUATRO) DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

JOÃO PAULO TRAVASSOS RADDI
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de São Tomé

CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248 - FONE: (0xx44) 3607-1280
e-mail: pmstome@birturbo.com.br
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2026
PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 39/2026

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

O MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE - REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 1477/2014 e 135/2016, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA DA FROTA DE ÔNIBUS PERTENCENTE À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO INCLUINDO PEÇAS PARA REPAROS.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 09h30min do dia 10/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h31min do dia 10/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: A partir de 09h31min do dia 10/09/2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: Aberto

VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R\$ 224.831,61 (Duzentos e Vinte e Quatro Mil, Oitocentos e Trinta e Um Reais e Seenta e Um Centavos).

O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de São Tomé (www.saotome.pr.gov.br/), no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Tomé, situado à Praça Professor Pedro Fecchio, 248, Centro EIOU no Portal ComprasBR (<http://www.comprasbr.com.br/>).

Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente ao Setor de Licitações, situada na Praça Professor Pedro Fecchio, 248 - São Tomé-Pr, EIOU por meio do Telefone (44) 3607-1280.

São Tomé/Pr, vinte e seis dias de agosto de 2026.

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 155 - Centro
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-66



EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2026

PREGÃO Nº 302/2026

Partes: O MUNICÍPIO DE RONDON e a empresa ALESSANDRA B. TONIETTI INSTRUMENTOS MUSICAIS.

Objeto: presente Contrato tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição de acessórios e instrumentos musicais para a Fanfarra Municipal.

Valor: R\$ 4.048,76 (Quatro mil, quarenta e oito reais e setenta e seis centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do equipamento/material, mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

Dotação Orçamentária: Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos do orçamento vigente, através de dotações orçamentárias das diversas secretarias da administração municipal:

ÓRGÃO	NOME - UNID
09.01	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES
09.02	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES
	DIVISÃO DE CULTURA
	DIVISÃO DE ESPORTES

Duração: O Presente contrato terá duração até o dia 12/08/2027, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

Foro: da Comarca de Cidade Gaúcha - Pr.

Data da assinatura: 13/08/2026.

Rondon - Pr, 13 de agosto de 2026.

GISELMA APARECIDA ANDREAZZI GIULIANELLI
Prefeita Municipal em Exercício



CÂMARA MUNICIPAL DE RONDON

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Rio de Janeiro, 405 - RONDON - Fone (44) 3672-1417
CNPJ n.º 01.528.063/0001-88

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026 - MODALIDADE ELETRÔNICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2026
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI's, ME's e EPP's REGIONAIS
PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MEI's, ME's e EPP's LOCAIS

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Câmara Municipal de Rondon, sediado à Avenida Rio de Janeiro, nº 405, centro, inscrito no CNPJ nº 01.528.063/0001-88, neste ato representado por seu Presidente, senhor Alexandre Giulianelli, realizará DISPENSA ELETRÔNICA, do tipo menor preço, julgamento menor preço global, na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, dos Decretos Municipais nº 6.063/2023 e 6.065/2023 e demais normas aplicáveis. Informações complementares, Edital completo e anexos poderão ser obtidos no site: www.camararondon.pr.gov.br no link Licitações, ou através do e-mail: camararondon@camararondon.pr.gov.br. - Fone: (44) 3672-1417- Divisão de Licitação.

Objeto

7.2	Sem prejuízo do disposto no item 7.1, o contratado obriga-se, durante toda a vigência contratual, a: I – Cumprir integralmente as exigências legais relativas à reserva de cargos destinadas a pessoas com deficiência e a aprendizs, conforme a legislação vigente, bem como assegurar a observância de quaisquer outras cotas legalmente previstas; II – Manter válidas e compatíveis todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica que tenham sido exigidas para sua habilitação no procedimento licitatório, sob pena de rescisão contratual nos termos da lei																								
8.	CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO																								
8.1.	Não haverá exigência de garantia contratual da execução.																								
9.	CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS																								
9.1.	Sem prejuízo do disposto no Regulamento Específico, as infrações administrativas e as respectivas penalidades a serem aplicadas são as seguintes:																								
	<table> <tr> <th>CONDUTA</th><th>PENALIDADE</th></tr> <tr> <td>I - dar causa à inexecução parcial do contrato;</td><td>1. Advertência 2. Multa de 15% do valor do contrato</td></tr> <tr> <td>II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</td><td>1. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos. 2. Multa de 25% do valor do contrato</td></tr> <tr> <td>III - dar causa à inexecução total do contrato;</td><td>1. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos 2. Multa de 30% do valor do contrato</td></tr> <tr> <td>IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;</td><td>1. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 2 (dois) anos; 2. Multa de 15% do valor do contrato</td></tr> <tr> <td>V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</td><td>1. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 2 (dois) anos; 2. Multa de 15% do valor do contrato</td></tr> <tr> <td>VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;</td><td>1. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 2 (dois) anos; 2. Multa de 0,5% por dia de atraso, limitado a 30% do valor do contrato</td></tr> <tr> <td>VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;</td><td>1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. 2. Multa de 30% do valor do contrato</td></tr> <tr> <td>VIII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;</td><td>1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. 2. Multa de 30% do valor do contrato</td></tr> <tr> <td>IX - comportar-se de modo indóneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</td><td>1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. 2. Multa de 30% do valor do contrato</td></tr> <tr> <td>X - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;</td><td>1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. 2. Multa de 30% do valor do contrato</td></tr> <tr> <td>XI - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.</td><td>1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. 2. Multa de 30% do valor do contrato</td></tr> </table>	CONDUTA	PENALIDADE	I - dar causa à inexecução parcial do contrato;	1. Advertência 2. Multa de 15% do valor do contrato	II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	1. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos. 2. Multa de 25% do valor do contrato	III - dar causa à inexecução total do contrato;	1. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos 2. Multa de 30% do valor do contrato	IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	1. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 2 (dois) anos; 2. Multa de 15% do valor do contrato	V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	1. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 2 (dois) anos; 2. Multa de 15% do valor do contrato	VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	1. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 2 (dois) anos; 2. Multa de 0,5% por dia de atraso, limitado a 30% do valor do contrato	VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. 2. Multa de 30% do valor do contrato	VIII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. 2. Multa de 30% do valor do contrato	IX - comportar-se de modo indóneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. 2. Multa de 30% do valor do contrato	X - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;	1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. 2. Multa de 30% do valor do contrato	XI - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. 2. Multa de 30% do valor do contrato
CONDUTA	PENALIDADE																								
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;	1. Advertência 2. Multa de 15% do valor do contrato																								
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	1. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos. 2. Multa de 25% do valor do contrato																								
III - dar causa à inexecução total do contrato;	1. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos 2. Multa de 30% do valor do contrato																								
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	1. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 2 (dois) anos; 2. Multa de 15% do valor do contrato																								
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	1. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 2 (dois) anos; 2. Multa de 15% do valor do contrato																								
VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	1. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 2 (dois) anos; 2. Multa de 0,5% por dia de atraso, limitado a 30% do valor do contrato																								
VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. 2. Multa de 30% do valor do contrato																								
VIII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. 2. Multa de 30% do valor do contrato																								
IX - comportar-se de modo indóneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. 2. Multa de 30% do valor do contrato																								
X - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;	1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. 2. Multa de 30% do valor do contrato																								
XI - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. 2. Multa de 30% do valor do contrato																								
9.2	Na aplicação das sanções serão considerados: I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto; III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.																								
9.3	O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.																								
9.4	A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)																								
9.5	Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).																								
9.6	As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.																								
9.8	O procedimento de apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e as demais regulamentações pertinentes estão previstas no Regulamento Específico																								
9.9	O Licitante envolvido ou que se envolver em práticas de corrupção em processos licitatórios ou durante a execução de contratos públicos estará sujeita às sanções previstas na legislação vigente. Em caso de comprovação de envolvimento em práticas corruptas ou em desacordo com os mais altos padrões éticos, será rejeitada a proposta (não será adjudicado) sem prejuízo da declaração de impedimento para participar em licitações ou contratos.																								
9.10	Os licitantes devem estritamente acatar e o contratado é responsável por garantir o estrito cumprimento, inclusive por parte de seus fornecedores, do mais elevado padrão de conduta ética em todas as fases do processo licitatório, da celebração do contrato e durante a execução do objeto contratual																								
9.11	Considera-se: a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato; b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato; c) "prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos; d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato. e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.																								
9.12	Sem prejuízo do disposto neste tópico, aplicam-se, no que couber, as disposições existentes na Lei 14.133/21 e outras legislações correlatas, no que refere ao combate à corrupção.																								
10.	CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO																								
10.1.	O presente termo se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.																								
10.2.	Constituirão motivos para extinção, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações: I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas legais ou das cláusulas do presente termo, incluindo todas as peças do processo que o originou; II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior; III - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; IV - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; V - O não cumprimento das obrigações referentes à reserva de cargos, conforme estabelecido em legislação vigente, bem como em outras normativas específicas, destinadas à inclusão de pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizs. VI - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada que restrinja sua capacidade de concluir o contrato. VII - Outros casos previstos no artigo 137 da lei federal nº 14133/2021 VIII - Decretação de falência, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado, O contratado terá direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas no § 2º do Art. 137 da Lei nº 14.133/21.																								
11.	DA FONTE DE RECURSOS E DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA																								
11.1	Informa-se, para os devidos fins, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a existência de previsão orçamentária e a respectiva fonte/destinação de recursos para suporte das despesas decorrentes do presente processo, conforme segue: FONTE DE RECURSO Recursos próprios livres DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 15.002.04.122.0061.2.059.3.3.90.00.00 – 100 - Outros Serviços de Terceiros PJ 15.0023.04.122.0061.2.059.3.3.90.30.00.00 – 100 – Material de Consumo																								
12.	CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)																								
12.1.	As partes se obrigam manter estrita conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em relação ao tratamento de dados pessoais realizados no âmbito do presente contrato																								
12.2.	Para os fins desta cláusula, consideram-se: I. Dados Pessoais: conforme definido no artigo 5º da LGPD. II. Tratamento: qualquer operação realizada com dados pessoais, nos termos do artigo 5º da LGPD.																								
12.3.	São obrigações do Contratado: I - Garantir a conformidade de suas operações de tratamento de dados pessoais com a LGPD, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas. II - Informar imediatamente à Contratante sobre qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados. III - Assegurar que os funcionários e terceiros autorizados a realizar o tratamento de dados pessoais comprometam-se à confidencialidade ou estejam sob obrigação legal de confidencialidade.																								
12.4.	A Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias, incluindo inspeções, para verificar a conformidade do Contratado com as obrigações estabelecidas nesta cláusula e na LGPD.																								
12.5.	O Contratado será responsável por quaisquer danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de suas ações ou omissões que resultem em violação às disposições da LGPD ou desta cláusula.																								
12.6.	As obrigações relacionadas ao tratamento de dados pessoais subsistirão mesmo após a rescisão ou término do presente contrato, pelo período determinado pela lei ou até que se conclua a finalidade para a qual os dados foram coletados																								
13.	CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES																								
13.1.	Serão admitidas no presente contrato, as seguintes alterações:																								
13.1.1	Acréscimos ou supressões, na forma do artigo 125 da lei 14.133/2021;																								
13.1.2	Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, na forma do artigo 124, inciso II, alínea d da lei 14.133/2021																								
13.2	DOS REQUISITOS PARA RECEBIMENTO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO																								
13.2.1	O reequilíbrio econômico-financeiro para mais ou para menos, justifica-se nas seguintes hipóteses: I. Para mais: a) Na ocorrência de fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que retardem ou impeçam a execução do contratado; b) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe; c) Quando configurada alteração econômica extraordinária e extracontratual (probabilidade de perda concomitante à de lucro). II. Para menos: a) Quando o valor contratado ficar superior ao valor de mercado; b) Em caso de fato do príncipe que beneficie economicamente.																								
13.2.2	A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não suspende a entrega. Eventual reequilíbrio concedido será aplicado apenas a novos pedidos, posteriores à decisão final da Autoridade Competente.																								
13.2.3	Para formalizar o pedido de reequilíbrio, o Fornecedor deverá apresentar, através do email administrativo02@jussaraprev.pr.gov.br, a seguinte documentação:																								
13.2.4	I. Planilha de Custos demonstrando a diferença entre os valores referente à data da proposta em comparação com a data do pedido de reequilíbrio, constando no mínimo:																								

	a) Valor registrado no Contrato; b) Custo unitário (conforme Nota Fiscal e data); c) Total de impostos/tributos; d) Total de custos fixos (se for o caso); e) Margem de lucro; f) Custo total atualizado; II. Cópia das Notas Fiscais: a) Referentes ao mês de julgamento da licitação (com margem de lucro indicada); b) Referentes ao período de realização do pedido de reequilíbrio.
13.2.5	A ausência de qualquer dos documentos exigidos acarretará o não recebimento do pedido de reequilíbrio.
13.2.6	A demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro é de responsabilidade exclusiva do Fornecedor.
13.2.7	Caso o Fornecedor não comprove o desequilíbrio econômico-financeiro e a ocorrência de fato superveniente, o pedido será indeferido, permanecendo a obrigação de cumprimento integral nos valores inicialmente pactuados, sob pena de rescisão unilateral e penalidades administrativas.
13.2.8	O Autarquia realizará cotações paralelas para verificar a veracidade dos valores apresentados. Constatando-se que os valores de mercado não correspondem ao valor solicitado, o pedido de reequilíbrio será indeferido mantendo-se os valores originais ou deferido parcialmente, até o valor de mercado comprovado.
13.2.9	O novo valor somente terá validade após emissão de parecer jurídico favorável e não produzirá efeitos retroativos. O deferimento do reequilíbrio implicará na assinatura de Termo Aditivo e emissão de Nota de Empenho complementar, não retroagindo a ordens de fornecimento já emitidas.
13.2.10	Para reequilíbrio econômico-financeiro para menos, a Administração deverá comprovar a redução dos preços mediante: I. Planilhas de composição de custos atualizadas; II. Cotações de preços de mercado.
13.3	Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
13.4	O Contratante emitirá decisão no prazo de 15 dias sobre o pedido de reequilíbrio devidamente formalizado.
14.	CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
14.1.	A comunicação processual de assuntos relacionados a este contrato será feita por meio eletrônico e-mail: automecanicasabino@gmail.com, entre as partes.
14.2.	A contratante define como oficial o seguinte e-mail: administrativo02@jussaraprev.pr.gov.br.
14.3.	A contratante se comunicará com a contratada, através do e-mail informado pela contratada.
15.	CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PRÁTICAS CORRUPTAS
15.1.	Esta cláusula incorpora as disposições referentes a práticas corruptas conforme estipulado no termo de referência.
15.2.	O Contratado concorda e autoriza que o Contratante ou pessoas por ele formalmente indicadas, inclusive outros Entes da Federação ou Organismos Financiadores, possam inspecionar o local e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.
16.	CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO
16.1.	Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.
17.	CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS
17.1.	Os casos omissos serão decididos em conformidade com o Decreto nº 6.472/2023 a Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
18	CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO
18.1	É eleito o Foro da Comarca de Cianorte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

JussaraPrev – IPSJ 25 de agosto de 2026

Original Assinado
SABINO CESAR LOCATELLI
CONTRATADA

Original Assinado
MARCIO OLIVEIRA APOLINARIO
Presidente

TESTEMUNHAS:

Original Assinado
Celso Evaristo da Costa

Original Assinado
Mara Dias Ribeiro

 PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA TRABALHO & FAMÍLIA	EXTRATO DA ATA Nº 157/2026-PMU CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Princesa Isabel, 320, inscrito no CNPJ sob nº 75.789.552/0001-20. CONTRATADA: CASOLI LIVRARIA E PAPELARIA LTDA. CNPJ: 00.992.483/0001-58 OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PEDAGÓGICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JUSSARA/PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 020/2026. VALOR GLOBAL: R\$ 28.203,99 (vinte e oito mil, duzentos e três reais e noventa e nove centavos). VALIDADE: 01 (um) ano. Jussara-PR, 14 de agosto de 2026. MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI PREFEITO MUNICIPAL
Av. Princesa Isabel, 320, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212	

 PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA TRABALHO & FAMÍLIA	EXTRATO DA ATA Nº 156/2026-PMU CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Princesa Isabel, 320, inscrito no CNPJ sob nº 75.789.552/0001-20. CONTRATADA: A. TARTARI & CIA LTDA-ME. CNPJ: 11.338.711/0001-97 OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PEDAGÓGICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JUSSARA/PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 020/2026. VALOR GLOBAL: R\$ 209.881,92 (duzentos e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos). VALIDADE: 01 (um) ano. Jussara-PR, 14 de agosto de 2026. MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI PREFEITO MUNICIPAL
Av. Princesa Isabel, 320, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212	

 PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA TRABALHO & FAMÍLIA	EXTRATO DA ATA Nº 158/2026-PMU CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Princesa Isabel, 320, inscrito no CNPJ sob nº 75.789.552/0001-20. CONTRATADA: MOVE FIT CIANORTE LTDA. CNPJ: 40.071.069/0001-20 OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PEDAGÓGICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JUSSARA/PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 020/2026. VALOR GLOBAL: R\$ 6.260,00 (seis mil, duzentos e sessenta reais). VALIDADE: 01 (um) ano. Jussara-PR, 14 de agosto de 2026. MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI PREFEITO MUNICIPAL
Av. Princesa Isabel, 320, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212	

AVISO DE EDITAL EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022-2026 – PMU TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE O Município de JUSSARA/PR torna público para conhecimento dos interessados, a realização de Licitação no dia 14 de setembro de 2026, às 09:00 hrs, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – VIA SITE – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC – https://www.bnc.org.br (acesso identificado), conforme abaixo relacionado: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTINUADOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA, ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, ORIENTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO AO MUNICÍPIO DE JUSSARA/PR, NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO, PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E GESTÃO DA NOTA FISCAL DE PRODUTOR ELETRÔNICA (NFP-E) E NOTA FISCAL FÁCIL (NFF), CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA. VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 78.600,00 (SETENTA E OITO MIL E SEISCENTOS REAIS). A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço Av. Princesa Isabel, nº 320, prédio da Prefeitura Municipal de Jussara, no horário das 08:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:30 hrs às 17:00 hrs. A retirada do edital deve ser feita no mesmo endereço e horários supracitados, podendo ainda ser acessado pelo site www.jussara.pr.gov.br, link Portal da Transparência. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos ao Núcleo de Apoio à Comissão Permanente de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo telefone (44) 3628-1212, ou "e-mail": licitacao@jussara.pr.gov.br. Paço Municipal de Jussara-PR, em 26 de agosto de 2026. MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI PREFEITO MUNICIPAL
--

AVISO DE EDITAL EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO -SRP - Nº 025-2026 – PMU TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL O Município de JUSSARA/PR torna público para conhecimento dos interessados, a realização de Licitação no dia 15 de setembro de 2026, às 09:00 hrs, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - VIA SITE – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC – https://www.bnc.org.br (acesso identificado), conforme abaixo relacionado: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO, LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA E PLACAS FOTOLUMINESCENTES DE SINALIZAÇÃO, BEM COMO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGA DE EXTINTORES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA/PR, SUAS SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS, UNIDADES ADMINISTRATIVAS, ESCOLAS, UNIDADES DE SAÚDE, INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E CULTURAIS, ALMOXARIFADOS, OFICINAS, GARAGENS E DEMAIS PRÉDIOS PÚBLICOS PERTENCENTES OU UTILIZADOS PELO MUNICÍPIO. VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 17.721,13 (DEZESSETE MIL, SETECENTOS E VINTE E UM REAIS E TREZE CENTAVOS). A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço Av. Princesa Isabel, nº 320, prédio da Prefeitura Municipal de Jussara, no horário das 08:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:30 hrs às 17:00 hrs. A retirada do edital deve ser feita no mesmo endereço e horários supracitados, podendo ainda ser acessado pelo site www.jussara.pr.gov.br, link Portal da Transparência. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos ao Núcleo de Apoio à Comissão Permanente de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo telefone (44) 3628-1212, ou "e-mail": licitacao@jussara.pr.gov.br. Paço Municipal de Jussara-PR, em 26 de agosto de 2026. MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI PREFEITO MUNICIPAL

 CICENOP Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná CNPJ: 01.178.931/0001-47 www.cicenop.com.br	EXTRATO DE APOSTILAMENTO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO N. 06/2025 Contratante: Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná – CICENOP, inscrito no CNPJ nº 01.178.931/0001-47. Contrato: 06/2025, celebrado em 13 de agosto de 2025, oriundo do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2025. Objeto do Contrato: Locação de imóvel comercial data nº 0018 anexada ao 6º e 6º A, quadra n. 69, com área total de 588,70 metros quadrados, na Rua Tiradentes, nº 84, Cianorte-PR, para instalação do CICENOP. Objeto do Apostilamento: Nos termos da Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 06/2025 e do art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica formalizada, por meio do presente Termo de Apostilamento, a aplicação do reajuste anual do valor do aluguel, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), conforme previsto contratualmente, passando o valor mensal da locação de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para R\$ 4.110,89 (quatro mil, cento e dez reais e oitenta e nove centavos), correspondendo ao valor anual de R\$ 49.330,68 (quarenta e nove mil, trezentos e trinta reais e sessenta e oito centavos), com efeitos financeiros a partir de 13 de agosto de 2026. Data: 25 de agosto de 2026. MARCO ANTONIO FRANZATO Presidente
---	---

Prefeitura Municipal de Japurá
 e-mail: contabilidade@japurapara.pr.br – CEP: 87225-000 – CNPJ: 19.768.348/0001-39 – Japurá/PR
 Estado do Paraná

LEI COMPLEMENTAR Nº 020/2026

EMENTA: “Dispõe sobre a Planta Genérica de Valores, para lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU. Disciplina fórmula de cálculo, estabelece parâmetros para classificação das edificações e terrenos do Município de Japurá/PR e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de Japurá, Estado do Paraná, aprovou, e eu **ADRIANA POLIZER**, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art 1.** Com fundamento na Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), no inciso X do art. 10 da Lei Federal nº 8.429, de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e especialmente na Lei nº 036 de 27 de dezembro de 2002 (Código Tributário Municipal), fica aprovada a Planta Genérica de Valores no âmbito do Município de Japurá, composta pelos seguintes elementos:
- I**- Os fatores de cálculo dos terrenos, relacionados no ANEXO I, integrante desta Lei Complementar;
- II**- Os fatores de cálculo das edificações, relacionados no ANEXO II integrante desta Lei Complementar;
- III** - A cartografia que compõe a Planta Genérica de Valores do Município de Japurá, relacionada no relacionado no ANEXO III integrante desta Lei Complementar.
- Art 2.** Para efeitos de lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), a apuração dos valores venais dos imóveis do Município de Japurá será processada de acordo com as

normas estabelecidas nesta Lei Complementar.

CAPÍTULO II
DA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Seção I
Do Valor Venal do Imóvel

- Art 3.** O valor venal dos imóveis corresponde ao resultado da soma do valor venal do terreno e do valor venal da edificação.
- §1** Nos casos de condomínios edifícios, horizontais ou verticais, os valores venais serão calculados considerando-se as respectivas frações ideais dos terrenos e/ou das edificações.
- §2** O valor venal do terreno será determinado com base nos elementos e fatores constantes no ANEXO I desta lei complementar
- §3** O valor venal da edificação será determinado com base nos elementos e fatores constantes no ANEXO II desta lei complementar.
- Art 4.** O montante do IPTU será apurado mediante a aplicação da alíquota correspondente sobre o valor venal do imóvel (VVI).
- §1** A fórmula final para cálculo do IPTU:

FÓRMULA	
IPTU= VVI x Alíquota	
FATOR	DESCRIÇÃO
VVI	Valor Venal do Imóvel
IPT	Imposto Predial Territorial e urbano
U	

- Art 5.** O Valor Venal do Imóvel (VVI) corresponde ao resultado da soma do valor venal do terreno e do valor venal da edificação, apurado de acordo com o regime jurídico-cadastral da unidade imobiliária, conforme os seguintes critérios:
- I**- imóveis comuns: assim considerados, para fins desta Lei, aqueles sob o regime de propriedade plena e exclusiva, nos termos dos arts. 1.228 e

- nova área. O grau de similaridade será determinado pela análise técnica comparativa dos seguintes vetores urbanísticos:
- I** - Zonamento e Uso do Solo: A compatibilidade entre o zoneamento da nova área, conforme o Plano Diretor Municipal, e o do setor fiscal analisado (ex: Zona Residencial, Zona Comercial, Zona Mista);
- II** -Infraestrutura Essencial: A equivalência quanto à disponibilidade e qualidade da infraestrutura de saneamento (água e esgoto), energia elétrica, iluminação pública e pavimentação;
- III** - Padrão de Ocupação: A semelhança do padrão construtivo, da densidade demográfica e do porte das edificações predominantes na nova área em comparação com o setor fiscal;
- IV** - Dinâmica Imobiliária e Equipamentos Urbanos: A influência de equipamentos urbanos relevantes (escolas, unidades de saúde, parques, centros comerciais) e a dinâmica de valorização imobiliária observada na nova área e no setor fiscal comparado.

- §3** Em caso de identidade de características com mais de um setor fiscal, prevalecerá, em caso de empate técnico, aplicar o setor de menor valor, com possibilidade de revisão mediante laudo técnico.
- §4** O enquadramento de novos loteamentos ou áreas em setores fiscais existentes será formalizado por decreto do Poder Executivo, devidamente fundamentado no relatório técnico, e passará à veracidade para os lançamentos futuros.

Seção IV
Do Valor Venal das Edificações

- Art 9.** O valor venal da edificação (VVE) resultará na aplicação dos itens abaixo:
- §1** A fórmula do VVE:

FÓRMULA	
VVE = AE x VMFCH	
FATOR	DESCRIÇÃO
VVE	Valor Venal da Edificação

1.231 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), caracterizando-se pela existência de inscrição imobiliária municipal única para a totalidade do lote e suas respectivas benfeitorias, representada pela fórmula:

FÓRMULA	
VVI = (VVT + VVE)	
FATOR	DESCRIÇÃO
VVT	Valor Venal do Imóvel
VVI	Valor Venal do Terreno
VVE	Valor Venal da Edificação

- II**-Regime de condomínio: assim considerados, para fins desta Lei, os imóveis constituídos sob a forma de condomínio edilício, nos termos do art. 1.331 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e cujas áreas e frações ideais sejam apuradas em conformidade com as diretrizes da norma ABNT NBR 12721, caracterizando-se pela existência de inscrição imobiliária individualizada vinculada a uma unidade autônoma e à respectiva quota-parte das áreas comuns e do terreno, representada pela fórmula:

FÓRMULA	
VVI = (VVT x FI) + VVE	
FATOR	DESCRIÇÃO
VVI	Valor Venal do Imóvel
VVT	Valor Venal do Terreno
FI	Fração Ideal
VVE	Valor Venal da Edificação

- §1** A Fração Ideal (FI) mencionada no inciso II deste artigo representa a medida da participação da unidade autônoma sobre o terreno e as partes comuns do condomínio, sendo apurada em conformidade com o ato de instituição do condomínio registrado no Cartório de Registro de Imóveis e com os cálculos de áreas definidos pela norma ABNT NBR 12721.
- §2** A Fração Ideal (FI), quando não constante na matrícula do imóvel ou para fins de conferência cadastral, será apurada mediante a aplicação das fórmulas abaixo:

AE	Área da Edificação
VMFCH	Valor do Metro Quadrado Construído por Tipo de Edificação Homogeneizado

- §2** A homogeneização do Valor do Metro Quadrado Construído por Tipo de Edificação (VMFCH), dar-se-á através da aplicação da fórmula de cálculo abaixo descrita:

FÓRMULA	
VMFCH = (VME x [CAT/100] x SUB x CONS)	
FATOR	DESCRIÇÃO
VMFCH	Valor do Metro Quadrado Construído por Tipo de Edificação Homogeneizado
VME	Valor Metro Quadrado da Edificação
CAT	Coefficiente Corretivo da Categoria
SUB	Coefficiente Situação da Unidade Construída
CONS	Coefficiente Corretivo de Conservação

- §3** O Coeficiente Corretivo da Categoria (CAT) consiste em um fator percentual resultante da soma dos pesos atribuídos aos componentes construtivos da edificação, cujo resultado final será dividido por 100 (cem) para fins de aplicação como índice multiplicador na fórmula de homogeneização, conforme a seguinte equação:

FÓRMULA	
CAT = (EST + COB + VED + FOR + RVE + SAN + INSTE + PIS)	
FATOR	DESCRIÇÃO
CAT	Coefficiente Corretivo da Categoria
EST	Coefficiente da Estrutura da Construção
COB	Coefficiente da Cobertura da Construção
VED	Coefficiente da Vedação/Paredes da Construção
FOR	Coefficiente de Forro da Construção
RVE	Coefficiente de Revestimento da Construção
SAN	Coefficiente de Sanitários da Construção

FÓRMULA	
F.I = AL/PROPORCIONAL	
ATL	
AL/PROPORCIONAL = AE x ATL	
ATC	
FATOR	DESCRIÇÃO
FI	Fração Ideal
AL/PROPORCIONAL	Área do Lote Proporcional
ATL	Área Total do Lote
AE	Área da Edificação
ATC	Área Total Construída

A Área do Lote Proporcional refere-se à porção de área total do lote que é atribuída a cada edificação, com base em critérios de proporcionalidade técnica. Essa área é determinada considerando a divisão do terreno entre as diferentes construções nele situadas, assegurando que a soma das áreas proporcionais não exceda a área total do lote (ATL).

Seção II
Do Valor Venal do Terreno

- Art 6.** Os valores unitários por metro quadrado dos terrenos (VMT), localizados em cada um dos setores fiscais, são os estabelecidos na Tabela II (valores unitários por setor) do ANEXO I desta Lei.
- Art 7.** O valor venal do terreno (VVT) será apurado mediante a aplicação dos itens abaixo:
- §1** A fórmula do VVT:

VALOR VENAL DO TERRENO	
VVT = (ATT x VMTH)	
FATOR	DESCRIÇÃO
VVT	Valor Venal do Terreno
ATT	Área Total do Terreno
VMTH	Valor do Metro Quadrado do Terreno Homogeneizado

VALOR DO METRO QUADRADO APURADO	
VMTH = VMT x FS x FT x FP x FG	

INSTE	Coefficiente de Instalação Elétrica da Construção
PIS	Coefficiente de Piso da Construção

- §4** O Coeficiente da Situação da Unidade Construída (SUB) será calculado por:

FÓRMULA	
SUB = FAE x FLE x FPE	
FATOR	DESCRIÇÃO
SUB	Coefficiente Situação da Unidade Construída
FAE	Coefficiente de Alinhamento da Construção
FLE	Coefficiente de Localização da Construção
FPE	Coefficiente de Posicionamento da Construção

- §5** As tipologias das edificações serão classificadas conforme estabelecido na Tabela I do ANEXO II ANEXO II desta Lei Complementar.
- §6** O valor do Metro Quadrado Construído por Tipo de Edificação (VME) será obtido conforme a Tabela II e posteriormente corrigido de acordo com os fatores estabelecidos na Tabela III e Tabela IV constante no ANEXO II desta Lei Complementar.
- §7** O Coeficiente do Fator de Correção da Situação (SUB) será obtido na Tabela III - A do ANEXO II desta lei complementar
- §8** O Coeficiente do Fator de Correção da Conservação (CONS) será implementado conforme estabelecido na Tabela III - B Tabela III - B do ANEXO II desta Lei Complementar.
- §9** O Coeficiente do Fator de Correção da Categoria (CAT) será obtido conforme estabelecido na Tabela IV do ANEXO II desta Lei Complementar.
- Art 10.** Entende-se por área edificada aquela delimitada pelos contornos externos das paredes, computando-se varandas cobertas e áreas de piscina com instalações acessórias.
- §1** Considera-se área de piscina a área correspondente ao espelho da água.
- §2** A classificação das edificações será individual quando houver mais de uma edificação por lote ou inscrição imobiliária municipal.

enquadrar nas hipóteses de subutilização ou não utilização previstas no Plano Diretor.

CAPÍTULO III
DAS DEFINIÇÕES DOS FATORES E TIPOLOGIAS

Seção I
Tipologias das edificações

- Art 17.** Para fins de composição do valor venal das edificações, a estruturação do Boletim de Cadastro Imobiliário (BCI) e a classificação das edificações observarão as tipologias e os parâmetros técnicos definidos nesta Lei e em seus Anexos, em harmonia com os conceitos da NBR 12721 e instruções normativas.
- Art 18.** As edificações serão classificadas, para os efeitos desta Lei, nos seguintes grupos tipológicos:
- I**-Casa: edificação térrea ou assobradada destinada ao uso residencial unifamiliar;
- II**-Apartamento: unidade habitacional inserida em edificação multifamiliar vertical, com acesso por áreas comuns, com ou sem elevador;
- III** - Loja: unidade voltada à comercialização de bens ou prestação de serviços, com acesso direto ao público, podendo estar localizada em galeria, centro comercial ou isoladamente;
- IV** - Galpão: estrutura de grandes dimensões, com ampla área interna, voltada predominantemente a atividades de armazenamento, produção ou uso industrial leve;
- V** - Telheiro: cobertura simples, geralmente sem vedação lateral, utilizada para abrigar veículos, materiais ou apoio a outras atividades;
- VI** - Fábrica: edificação voltada à atividade industrial em escala, com instalações específicas para processos produtivos;
- VII** - Especial: construções que, por suas características peculiares de uso, dimensão ou funcionalidade, não se enquadram nas demais tipologias, sendo tratadas de forma individualizada.

- d) Combinação dos demais – Solo cujo suas condições podem ser a combinação de qualquer descrições acima relacionadas.
- IV** - Gleba: Consistem em grandes áreas de terrenos ainda não parcelados, ou que estão em processo de regularização, classificando-se o dimensionamento da seguinte forma:
- a) Até 1.000,00m²
- b) De 1.000,01 a 2.000,00m²
- c) Acima de 2.000,01m²

Seção IV
Das regras gerais de aplicação

- Art 25.** Em caso de imóveis com características mistas, prevalecerá o critério técnico que melhor reflita a realidade do imóvel, indicado em parecer fundamentado da Equipe Municipal responsável.
- Art 26.** A aplicação dos fatores de correção e a classificação dos imóveis deverão sempre observar a compatibilidade com o Plano Diretor, a Lei de Zonamento e as demais normas urbanísticas e ambientais vigentes.
- Art 27.** A classificação dos imóveis e o terreno para fins de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) deverá observar os critérios técnicos e as tipologias estabelecidas nesta lei e no Cadastro Técnico Imobiliário Municipal, sendo vedada a reclassificação baseada em parâmetros ou classificações genéricas de órgãos externos, com a Receta Federal, salvo mediante comprovação documental e análise técnica específica realizada pela Administração Municipal.

CAPÍTULO IV
DA REVISÃO CADASTRAL E DOS FATORES DE CORREÇÕES ESPECIAIS

Seção I
Do Processo de Avaliação Especial de Terrenos

- Art 28.** O contribuinte poderá requerer a aplicação de Fatores de Correção Especiais sobre o valor venal do terreno, mediante processo

- administrativo que comprove a ocorrência de ao menos uma das seguintes hipóteses, de forma não cumulativa:
- I**-Topografia Acidentada: declividade média superior a 30% na maior parte do terreno, que comprovadamente impeça ou encareça desproporcionalmente a edificação;
- II**-Condições Geológicas Adversas: solo comprovadamente alagadiço, rochoso ou sujeito a erosão severa, que restrinja seu aproveitamento econômico regular;
- III** - Limitação de Acesso: terreno encravado, sem acesso direto à via pública, ou com servidão de passagem legalmente instituída que ocupe mais de 20% (vinte por cento) de sua área total;
- IV** - Restrição Ambiental ou Urbanística: incidência de Área de Preservação Permanente (APP) ou outra restrição legal de caráter permanente que impeça a edificação ou o aproveitamento econômico do solo;

- Art 29.** A análise do requerimento seguirá o seguinte procedimento:
- §1** A comprovação das hipóteses dos Incisos I e II do Art. 28 exige a apresentação de laudo técnico suscitado por profissional habilitado, com o respectivo registro de responsabilidade técnica (ART/RT).
- §2** A Comissão de Avaliação Municipal emitirá um relatório técnico conclusivo, baseado em visita e na análise dos documentos, que se limitará a atestar a existência e a intensidade da hipótese alegada.
- §3** Verificada a ocorrência de uma das hipóteses dos Incisos I, II ou III do Art. 28, a autoridade fiscal aplicará um fator de redução sobre o valor venal do terreno, dentro das seguintes bandas, justificando a escolha do fator com base na intensidade do problema, observando os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, descrito no relatório técnico:

- a) Para a hipótese do inciso I: fator de 0,90 a 0,70;
- b) Para a hipótese do inciso II: fator de 0,80 a 0,60;
- c) Para a hipótese do inciso III: fator de 0,70 a 0,50.
- §4** Na hipótese do inciso IV do Art. 28, o fator de redução incidirá apenas sobre a porção do terreno efetivamente atingida pela restrição e será calculado pela fórmula: Fator Redutor = 1 - (0,90 x P), onde "P" corresponde ao percentual da área do imóvel sob restrição (expresso em

decimal), sendo garantido que o Fator Redutor não seja inferior a 0,10 (dez centésimos), preservando-se a incidência mínima de tributação sobre o imóvel.

- Art 30.** Da decisão da autoridade fiscal que homologar o parecer da Comissão de Avaliação Municipal, o contribuinte será formalmente notificado, podendo interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias.
- §1** O recurso deverá ser fundamentado, apontando objetivamente o erro de fato ou de direito na aplicação dos Fatores de Correção Especiais.
- O recurso será analisado em segunda e última instância administrativa pelo Conselho Municipal do Plano Diretor, ou, na sua ausência, por junta recursal designada pelo Chefe do Poder Executivo, garantindo-se o duplo grau administrativo.

- §3** A interposição do recurso temporário suspende a exigibilidade do crédito tributário no limite da parcela objeto de contestação, nos termos do Art. 151, III, do Código Tributário Nacional.
- Art 31.** Para terrenos com área superior a 1.000m², o recurso deverá obrigatoriamente conter laudo técnico suscitado por profissional habilitado, com registro no CREA, CAD ou CREA.
- Art 32.** O fator de correção especial deferido terá validade para os exercícios subsequentes, enquanto persistirem as condições que o motivaram, podendo a administração fiscal realizar visitas periódicas para verificar a manutenção da situação física.

Seção II
Do Processo Revisão dos dados cadastrais das Edificações

- Art 33.** O contribuinte poderá solicitar, a qualquer tempo, a revisão de dados cadastrais de sua edificação constantes no Boletim de Cadastro Imobiliário (BCI), quando verificar divergência entre os dados registrados e a realidade física do imóvel, especialmente quanto a:
- I** - Área da edificação;
- II** - Categoria ou tipo da edificação;
- III** - Padrão construtivo;

- IV** - Estado de conservação;
- V** - Ano da construção ou da última reforma substancial.
- Art 34.** O requerimento de revisão cadastral será analisado pela equipe de tributação, que, por meio de visita, emitirá relatório técnico atestando unicamente a veracidade das informações e a correta classificação do imóvel conforme os padrões definidos no ANEXO II desta Lei.

- Em caso de deferimento do pedido de revisão, a autoridade fiscal procederá à imediata alteração dos dados no Boletim de Cadastro Imobiliário (BCI).

- §1** O valor venal da edificação será recalculado automaticamente pelo sistema, aplicando-se as fórmulas e os coeficientes previstos nesta Lei sobre os dados cadastrais corrigidos.
- §2** Para que a revisão tenha efeitos sobre o lançamento do IPTU do exercício corrente, o requerimento deverá ser protocolado até a data de vencimento da taxa única ou da primeira parcela.
- §3** A decisão final caberá ao Secretário Municipal da Fazenda, sendo passível de recursos nos termos do Código Tributário Municipal.
- §4** Para edificações com área construída superior a 500 m², o recurso que contestar o relatório técnico da Comissão deverá ser instruído com laudo elaborado por profissional habilitado.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art 36.** As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- Art 37.** Em conformidade com o art. 156, § 1º, III, da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado a promover, anualmente e mediante decreto, a atualização monetária da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, para adequá-la ao valor de mercado, com fundamento nos critérios técnicos, objetivos e transparentes previstos nesta Lei Complementar.

SETORES FISCAIS DO MUNICÍPIO

SETOR I

- Compreende as quadras: 02 (Lotes: 03/05-A/05-R - 04/05-R/04-B/06/07/08/09-R); quadras: 02 (Lotes: 02); quadras: 02 (Lotes: 01); quadras: 03 (Lotes: 01-R/02-A/02-R-1-A); quadras: 03 (Lotes: 03/04-A/04-R/2/18/2R2); quadras: 07 (Lotes: 01/02/03-A/03-R/04-R); quadras: 08 (Lotes: 01-R); quadras: 08 (Lotes: 01-A/02/03-A/03-R); quadras: 08 (Lotes: 04-R); quadras: 09 (Lotes: 01); quadras: 09 (Lotes: 02/03/4); quadras: 10 (Lotes: 04/05-R); quadras: 10 (Lotes: 01-R/02/03); quadras: 10 (Lotes: 14-R); quadras: 10 (Lotes: 01/06/07/08/09/10/11/12); quadras: 11 (Lotes: 02/03/04-R); quadras: 11 (Lotes: 15-R); quadras: 11 (Lotes: 01-A/01-R/12-R/17/18/19/20/21/22/23); quadras: 17 (Lotes: 17); quadras: 17 (Lotes: 01/13-A/13-R/14-A/14-R/15/18/19/20-A); quadras: 17 (Lotes: 11); quadras: 18 (Lotes: 10-A/10-B); quadras: 18 (Lotes: 03/04/05); quadras: 18 (Lotes: 06/07/08-A/08-R/09/10-R); quadras: 19 (Lotes: 01/11/13-A e 14-13/14-R/15); quadras: 19 (Lotes: 02/03); quadras: 19 (Lotes: 04-A/04-R/05-R); quadras: 19 (Lotes: 10-A/10-R); quadras: 20 (Lotes: 01); quadras: 20 (Lotes: 06/02/03/04/05/07/08-A/09); quadras: 20 (Lotes: 08-R); quadras: 22 (Lotes: 04); quadras: 22 (Lotes: 12); quadras: 22 (Lotes: 05/06/07/08/09/10/11); quadras: 23 (Lotes: 01-A - 02-01-A-2AR/3-01/2AR/203/04/05/06/07/08/09/10-R); quadras: 23 (Lotes: 01-A); quadras: 31 (Lotes: 01-A/01-R); quadras: 18/12/13-R/14/15/16/17/19); quadras: 32 (Lotes: 04-R/05 e 15-A/06/07/08-09-10-R/109-10-R-2); quadras: 32 (Lotes: 03-A); quadras: 34 (Lotes: 01/11-A/12-A/12-R/12-R/13-A/13-A/14/15/16-A/16-R/17/18/19/20); quadras: 35 (Lotes: 04-B/05/06/07/08/09/10/11/12/13-R/13-AR/13-R/14/14 - 15-A/14 - 15-R/16-A/16-R/17); quadras: 36 (Lotes: 01-A/01-R/14/15/16/17/18/19/20-A/20-R/21-A/21-R/22/23-A/23-R); quadras: 11 (Lotes: 13-B/13-R/14-R/15-A); quadras: 12 (Lotes: 01/02/03-A/03-R/04/05/06/07/08/09/10/11-A/11-R/12/13-C/13-R); quadras: 12 (Lotes: 13-A/13-R/14-A/14-R/15-A/15-R/16-R); quadras: 12 (Lotes: 15-B/17-A/17-R/18/19-A/19-R/20-A/21-R/22/23/24/25/26); quadras: 19 (Lotes: 03-A/03-R/04-A/04-R/04-R/05-A/05-R); quadras: 16 (Lotes: 01 - 02/08-A/08-R/09); quadras: 17 (Lotes: 10-A/10-R); quadras: 17 (Lotes: 02/03/4-A/04-R/05/06/07/08/09); quadras: 18 (Lotes: 11-R); quadras: 18 (Lotes: 01/11-A/12/13-A/14-R/15); quadras: 19 (Lotes: 05-A/05-R/05/07/08/09); quadras: 19 (Lotes: 10-A-R-2/10-R); quadras: 20 (Lotes: 11-R); quadras: 20 (Lotes: 11-A/12/13/14/15/16/17/18-A/18-R/19); quadras: 20 (Lotes: 20-A-12/0-A-R/20-R); quadras: 21 (Lotes: 09/10-A/10-B/10-R); quadras: 21 (Lotes: 01-R/11-R/12/13/14-A/14-R/15-A/15-R); quadras: 22 (Lotes: 01-A/02-A/02-R/03 e 04/05/06/07/08); quadras: 22 (Lotes: 02/03-A/03-R); quadras: 22 (Lotes: 13-A/13-R/14-R/14-R-2); quadras: 22 (Lotes: 01-A/01-R/14-A/15 - 16/17-A/17-R/18); quadras: 23 (Lotes: 13-A/14-A/14-R/15/16/17/18/19/20-A/20-R/21-A/21-R-1); quadras: 23 (Lotes: 01-A/01-R/12-R/22-A/22-R); quadras: 23 (Lotes: 10-A/11-A/12/13-R); quadras: 24 (Lotes: 01-A-1/01-A-R/1-R 2-A/16-A/16-R-1/16-R-2/17/18/19-A/19-R/20/21-A/21-R/22); quadras: 24 (Lotes: 13/14/15); quadras: 24

Compreende as quadras: 01 (Lotes: 01), do bairro RESIDENCIAL PORTUGAL.

SETOR 2

- Compreende as quadras: 0006 (Lotes: 07/08-A/08-R/09/10-R); quadras: 0006 (Lotes: 05-A/05-R-2/06); quadras: 0006 (Lotes: 03/04-A/04-R/05/05-R-1); quadras: 02 (Lotes: 09-A/10-A/10-R/11); quadras: 02 (Lotes: 12/13/14/15); quadras: 02 (Lotes: 16-A/16-R); quadras: 03 (Lotes: 01-A/07-A - 8-A/08-R); quadras: 03 (Lotes: 06-B - 06-2); quadras: 03 (Lotes: 06-A/06-R/06-R/07-R); quadras: 04 (Lotes: 0001-R/02-B/03-R); quadras: 04 (Lotes: 02-A/102-AR/03-A/03-R/04-A/05-A/06-R); quadras: 04 (Lotes: 01-A/04-R/05-R); quadras: 04 (Lotes: 06-A); quadras: 07 (Lotes: 08-A); quadras: 07 (Lotes: 04-A/05 PARTE MESMO LOTE/05-A/06-R/07/08-A); quadras: 08 (Lotes: 05/06-A-1/06-A-2); quadras: 09 (Lotes: 0018/14-A/15/16/17); quadras: 09 (Lotes: 05/06/07-A/07-R/08/09/10-R); quadras: 11 (Lotes: 01-A/16-R/17/18/19/20-A/20-R/21-A/21-R/22/23-A/23-R); quadras: 11 (Lotes: 13-B/13-R/14-R/15-A); quadras

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPORÉ**
Estado do Paraná
Rua P. 815 - 205 - Teléfix: (041) 304-2205 / 3084 1210
Cep 81.283-000 - CNPJ/MT 17.578.844/0001-70
e-mail: pmguaporé@uol.com.br

Decreto nº 3708/2026.

Ementa: Dispõe sobre a concessão de gratificação por exercício de Responsabilidade Técnica e, dá outras providências.

Prelúdio: Eu, **Gilberto Castiglioni**, prefeito do Município de Guaporé – Estado do Paraná, no uso das minhas atribuições legais, especialmente com embasamento na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a previsão da existência de responsabilidade técnica contida no art. 1º da Lei 1100, de 19 de Dezembro de 2023;

CONSIDERANDO que a Administração Pública necessita de responsáveis técnicos em diversos setores para o preenchimento de relatórios e formulários de controle técnico dos serviços executados;

CONSIDERANDO que não há possibilidade administrativa de preenchimento de referidos documentos pelos servidores e coordenadores, senão pelo responsável técnico;

DECRETO:

Art. 1º - Fica concedida a partir do dia 03/08/2026, gratificação por exercício de Responsabilidade Técnica a servidores BRENDA MONIQUE BARBOSA CIARINI, lotada no Canga de Enfermaria na Unidade Básica de Saúde onde a mesma exerce a função de Responsável Técnica da Unidade Básica de Saúde.

Art. 2º - O valor da referida gratificação será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) conforme Anexo 1, parágrafo 1º, da Lei 1100/2023

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições contrárias.

Publique-se, registre-se, arquivem-se e cumpram-se.

Edifício da Prefeitura Municipal da Cidade de Guaporé – Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de Agosto do ano de Dois Mil e Vinte e Seis.

Gilberto Castiglioni

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA**
Estado do Paraná
Rua Paraná, 66 – Telefun (0xx41) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNP/MF nº 378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

PORTARIA N.º 2267/2026

DESIGNAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

DESIGNAR Senhor, **JOSE JOSÉ RIBEIRO**, cargo de Cargo de Arquiteto/urbanista, matrícula nº CAU/PR 47174-8, para atuar como fiscal do **Contrato Administrativo de nº 317/2026**, que tem por Objeto: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, contemplando a elaboração de laudos avaliações psicossociais e a gestão e envio dos eventos de SST ao e-Social, para atender às servidões do Município de Guaporema/PR**, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/21, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, efetivando os controles de recebimentos, anotando todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando, dentro de sua competência, o que for necessário ou solicitar a seus superiores, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes.

Guaporema, 24 de agosto de 2026.



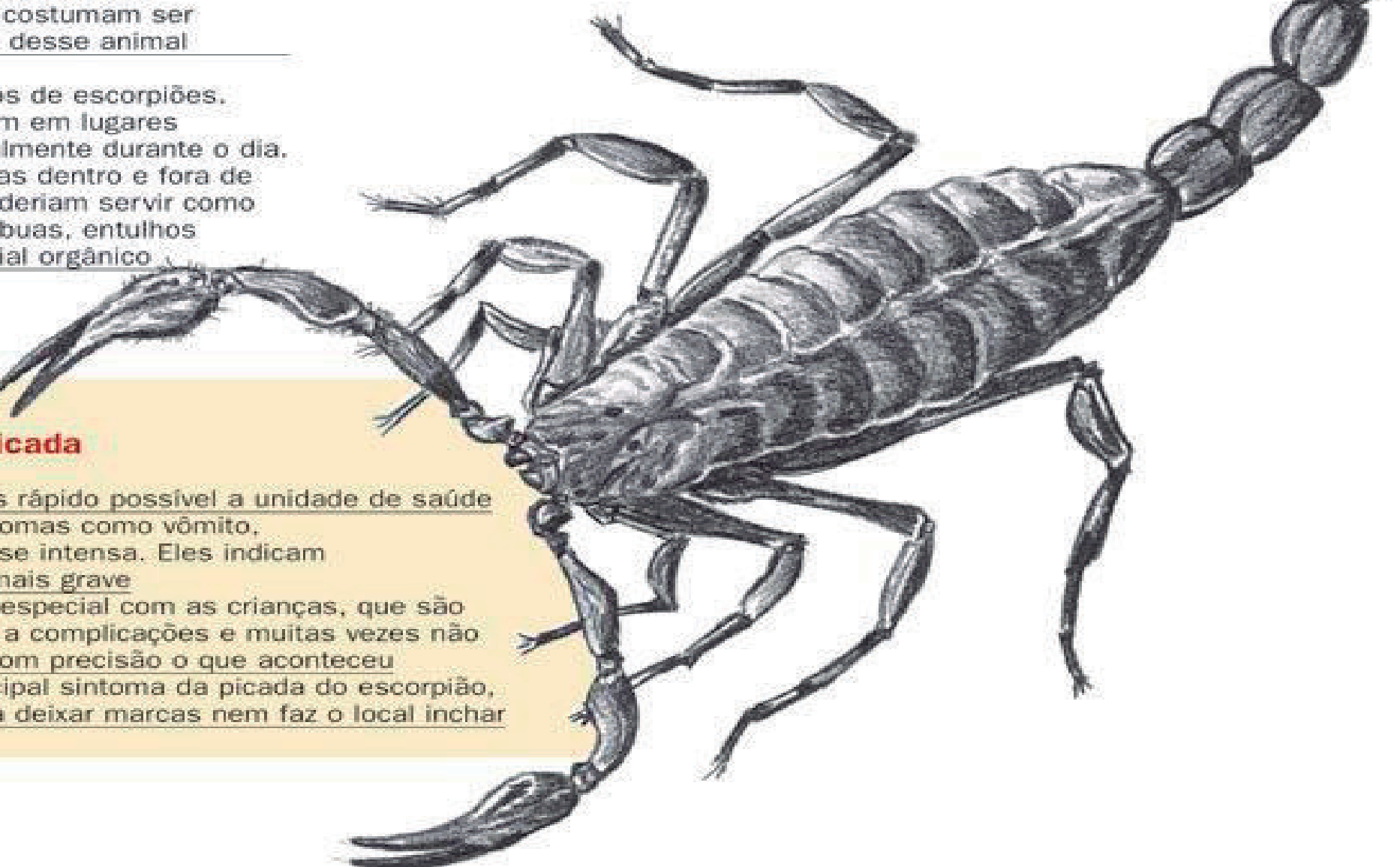
Gilberto Castiglioni
Prefeito Municipal

 **Prefeitura Municipal de São Tomé**
CNPJ Nº 01.511.078/0001-90
PRAÇA PROFESSOR PEDRO RECHAGÉ, 348 – FONE / FAX: (0xx44) 3657-1280
CEP: 87220-000 E-MAIL: prefeitura.saotome@gmail.com
SÃO TOMÉ – PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2026
PROCESSO LICITATORIO Nº 111/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 25/2026
CONTRATADA: MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ
CONTRATADO: REGINA FERNANDES DA SILVA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE 02 (DOIS) PROFISSIONAIS, PESSOA FÍSICA, CREDENCIADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERAPEUTA OCUPACIONAL, COM CARGA HORÁRIA DE 10 (DEZ) HORAS SEMANAIS, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO E AO FUNCIONAMENTO DO CECO CENTRO DE CONVIVÊNCIA, DISPOSITIVO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS) DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/PR, COM REMUNERAÇÃO MEDIANTE RECIBO DE PAGAMENTO AUTÔNOMO RPA.
VALOR GLOBAL: R\$ 18.360,00 (Dezoito Mil, Trezentos e Sessenta Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 01/09/2026

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI
Prefeito Municipal

■ Introduza galinhas no ambiente. Algumas galinhas e galinhas d'Angola gostam de caçar escorpiões, portanto ter uma por perto realmente pode ajudar a eliminá-los.



- Procure o mais rápido possível a unidade de saúde
- Atenção a sintomas como vômito, náusea e sudorese intensa. Eles indicam que o quadro é mais grave
- Tome cuidado especial com as crianças, que são as mais sujeitas a complicações e muitas vezes não sabem explicar com precisão o que aconteceu
- A dor é o principal sintoma da picada do escorpião, que não costuma deixar marcas nem faz o local inchar